



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vicirvalves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Antonio Augusto Passos Videira

Erick Felinto de Oliveira

Flora Sússekind

Italo Moriconi (presidente)

Ivo Barbieri

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Jean-Marc Besse

O gosto do mundo

Exercícios de paisagem

Tradução

Annie Cambe



Rio de Janeiro
2014

Pois, como escreve Jackson, foi assim que as paisagens foram formadas, sempre; não apenas por decisão topográfica ou política, mas pela organização das pessoas no local e pelo desenvolvimento de espaços a serviço da comunidade: trabalho lucrativo, lazer, contatos humanos, contatos com a natureza, com o mundo exterior. De uma forma ou de outra, esses são os objetivos a que tendem todas as paisagens...⁴⁷

A noção de paisagem adquire aqui, portanto, como se vê, uma significação muito abrangente: a paisagem é um espaço político, e talvez um espaço mais social e cultural que político. Observação decisiva, pois permite relativizar, ao mesmo tempo, a concepção estetizante (ou pitoresca) da paisagem e a concepção determinista. A tese está claramente enunciada num artigo publicado em *Landscape*, durante o inverno de 1963-1964 (volume 13, nº 2), a respeito da conservação das paisagens: nele, podemos ler que, entre todas as razões que se pode ter para preservar um fragmento de paisagem, a razão estética é certamente a mais pobre. Temos que achar novos critérios para avaliar as paisagens, existentes ou futuras. Para tanto, é preciso abandonar o ponto de vista do espectador e se questionar sobre o interesse que o ser humano teria de viver nessas paisagens. As perguntas que devem ser feitas não são *primeiramente* estéticas, mas sim as seguintes: quais possibilidades oferece a paisagem para o ser humano viver, para ser livre, para estabelecer relações sensatas com os outros homens e a própria paisagem? Qual é a contribuição da paisagem para a realização pessoal e a mudança social? A resposta de J. B. Jackson a essas perguntas é inapelável: nunca se deve mexer na paisagem sem pensar naqueles que vivem nela. Afinal de contas, se a paisagem tem um sentido e, sobretudo, se o projeto de paisagem pode ter um sentido, é porque o desafio é tornar o mundo habitável para

⁴⁷ Ibid., p. 277.

o homem. O eixo central da reflexão está aí: a paisagem é a expressão de um esforço humano, sempre frágil e a ser recomçado, para habitar o mundo.⁴⁸

A paisagem é o meio ambiente material e vivo das sociedades humanas

O ecúmeno

Das análises acima, podemos concluir que a paisagem não é apenas uma vista, uma imagem ou um pensamento. Também é um mundo vivido, fabricado e habitado por sociedades humanas em constante mudança. Ou seja, a paisagem identifica-se com o ecúmeno humano.

Essa noção de ecúmeno nos leva a fazer novas perguntas. Lembremos efetivamente que, para os geógrafos, durante muito tempo, o ecúmeno só representou uma parte (cerca de um quarto) da superfície do globo terrestre. E, a bem da verdade, os dois espaços, o do ecúmeno e o do globo, permaneceram muito tempo distintos nas representações dos pensadores europeus. Todo um imaginário da descoberta, da aventura, do encontro das terras virgens infiltrou-se e ainda se infiltra nesse interstício. Só foi mesmo no Renascimento, quando da descoberta dos novos mundos e da remodelação da imagem da Terra, que deslanchou o processo de fusão dessas duas superfícies.⁴⁹ Hoje não temos mais nenhuma dificuldade em pensar a Terra como um planeta totalmente humanizado.

⁴⁸ Essa dimensão ética da paisagem encontra-se também em Ferriolo, M. Venturi. *Etiche del paesaggio. Il progetto del mondo umano*. Roma: Editori Riuniti, 2002.

⁴⁹ Cf. Besse, J.-M. *Les Grandeurs de la Terre. Aspects du savoir géographique à la Renaissance*. Lyon: ENS Éditions, 2003.

Entretanto, essa distinção intelectual entre o ecúmeno e o planeta traz consequência para a compreensão do tipo de realidade ao qual corresponde a paisagem. Na verdade, não se sabe ao certo se essa distinção desapareceu mesmo, embora seja provável que hoje outra formulação teórica deva ser proposta.

Efetivamente, uma diferença subsiste, muito embora tenha se tornado tênue na realidade contemporânea, entre o ecúmeno e uma base terrestre “natural” que não se limita ao mundo humano, seja nos seus ritmos temporais ou nas suas formas espaciais. As catástrofes ditas “naturais” são como um lembrete disso. Ou seja, a noção de ecúmeno pressupõe o encontro entre um território humanizado e um meio ambiente ou uma base não humanos, seja essa base chamada de *natureza*, *planeta* ou *matéria*. A tomada ou apoderação do solo pelo humano, a “obra paisagística” (isto é, a criação de territorialidades) pressupõem a existência prévia de um “substrato”, qualquer que seja a definição que se dá desse substrato. Julien Gracq encontra essa base ou esse substrato no norte da Europa:

O mais impressionante na paisagem da Suécia e da Noruega: a rocha, a couraça geológica da península, o escudo escandinavo [...] sempre presente. Não o rochedo: a rocha; tudo o que podia ser arrancado, extraído, arrasado, o gelo arrancou, extraiu, arrasou do esqueleto raspado, escovado, desbastado até o osso. Só resta o núcleo profundo, trazido à tona, a rocha-mãe intacta, inalterada (Gracq, J., 1974, p. 231).⁵⁰

Não podemos esquecer: os seres humanos que produzem e praticam os seus mundos e paisagens são terráqueos, eles têm um solo, uma *base*, diz Lévinas,⁵¹ são seres terrestres. Em resumo,

⁵⁰ Gracq, J. *Lettrines 2*. Paris: José Corti, 1974, p. 231.

⁵¹ Lévinas, E. *De l'existence à l'existant*. Paris: Vrin, 2002 [1947], p. 120.

existe um “aval ontológico” às operações de artialização e de territorialização.⁵²

Foi nessa “distância” metafísica entre terra humana e terra natural, entre o ecúmeno e o planeta, que uma ciência da paisagem procurou desenvolver-se. Mesmo se a paisagem contém, obviamente, um valor relativo à percepção e à representação, mesmo se pode ser considerada como o efeito de um conjunto de ações, uma terceira abordagem teórica (que chamaremos de “realista”) nos convida a considerar que a realidade da paisagem excede essas meras significações subjetivas ou sociais. A paisagem possui uma substancialidade e uma espessura intrínsecas: é um conjunto complexo e articulado de objetos ou, pelo menos, um campo da realidade material, mais amplo e mais profundo que as representações que a acompanham.⁵³ A paisagem também é o vento, a chuva, a água, o calor, o clima, as rochas, o mundo vivo, tudo o que cerca os seres humanos: resumindo, todo um meio ambiente cujas evoluções, na verdade, são afetadas, mais ou menos diretamente, pela ação, a emoção e o pensamento humanos; mas, afinal de contas, esse meio ambiente – somos também forçados a reconhecer – existe e se desenvolve sem o ser humano, estava aí antes dele e sobreviverá a ele de uma forma ou de outra.

Essa concepção “realista” da paisagem atravessa todo o espectro das ciências da natureza e das ciências do homem. Está presente em particular, e há muito tempo, nas ciências da Terra e

⁵² Utilizo a expressão “répondant ontologique” [aval ontológico] de Jacques Dewitte, que a usa na sua crítica da artialização de Alain Roger: “[...] a teoria da artialização deve, eventualmente contra ela mesma, isto é, contra sua própria tendência ‘artificialista’, reconhecer a existência de um real cujas determinações não resultam simplesmente do seu próprio ato constituinte. Ou seja, se quiser permanecer fiel à sua vocação transcendental, ela precisa reconhecer a existência do que eu gostaria de chamar um aval ontológico...” (“L’artialisation et son autre”. *Critique*, n. 613-614, juin-juillet 1998, p. 356.)

⁵³ Cf. Olwig, K. R. “Recovering the Substantive Nature of Landscape”. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 86, v. 4, 1996, pp. 630-53.

nas ciências do meio ambiente, mas não unicamente. A geologia, a geomorfologia, a pedologia, mas também a climatologia, a botânica, ou a ecologia etc. apontam precisamente a paisagem como um dos seus temas fundamentais. Até certo ponto, este tema é estudado por essas disciplinas como uma realidade independente do homem, do seu pensamento e da sua ação, uma realidade que se desenvolve segundo leis que lhe são próprias e que a ciência tenta descrever, explicar, ou até reproduzir, simulando-as.

Paisagem e natureza

Quer dizer que a paisagem é “natural”, ou então que existem paisagens “naturais”? É a posição sustentada por alguns geógrafos físicos, que se valem de um tipo de “naturalismo”.⁵⁴ A bem da verdade, a distinção entre paisagem como dado natural e a paisagem como produto social, vindo a segunda somar-se à primeira (paisagem natural + paisagem cultural), é hoje considerada como artificial por outros geógrafos, que desenvolvem as perspectivas de uma “geografia híbrida”.⁵⁵ Seria mera distinção intelectual. A paisagem seria, na realidade, uma articulação da natureza e da sociedade, uma integração dos dados naturais e dos projetos humanos, uma *realidade sintética*, como vimos em Jackson. Nesse sentido, deve ser entendida como uma totalidade específica que não se limita aos elementos naturais e humanos cujas combinações a constituem. Georges Bertrand diz isso de outra forma:

⁵⁴ “Antes mesmo de o homem modelar novas paisagens, e em regiões do mundo onde a sua intervenção não modificou em nada as ações combinadas dos grandes atores do sistema Terra, as paisagens existem. Até nos meios fortemente antropizados, as paisagens conservam suas dimensões físicas.” (Mercier, Denis. *Le Commentaire de paysages en géographie physique*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 6.)

⁵⁵ Whatmore, S. *Hybrid Geographies. Natures, Cultures, Spaces*. London: SAGE, 2002.

A enumeração e a análise em separado dos elementos constitutivos e das diferentes características espaciais, psicológicas, econômicas, ecológicas etc., não permitem dominar a totalidade. A complexidade da paisagem é ao mesmo tempo morfológica (forma), constitucional (estrutura) e funcional, e não devemos tentar reduzi-la pela divisão. A paisagem é um sistema que cobre tanto o natural quanto o social (Bertrand, G., 1978).⁵⁶

De forma mais geral, o naturalismo deve enfrentar atualmente sérias críticas, tanto no plano da filosofia quanto no da antropologia. Na sequência dos estudos recentes de Philippe Descola e Bruno Latour,⁵⁷ a tendência hoje é de falar de uma superação do dualismo homem/natureza, típico do naturalismo do pensamento moderno. No sentido oposto desse dualismo, para pensar a paisagem, recorre-se hoje às noções de hibridação e de associação do humano e do não humano, associações que podem, é bem verdade, assumir aparências variáveis em função das culturas e das épocas. A paisagem aparece cada vez mais como uma entidade relacional, e o que devemos pensar é essa “relacionalidade”. Convém destacar, a esse respeito, a importância do conceito de meio ou, mais precisamente, de *mediança* proposto por Augustin Berque para dar conta da totalidade das relações constitutivas das realidades paisagísticas: a paisagem é uma entidade medial. A paisagem é *ao mesmo tempo*, e essencialmente, totalmente natural e totalmente cultural. É o elemento onde a humanidade se natu-

⁵⁶ Bertrand, G. “Le paysage entre la nature et la société”. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, n. 49, 1978, evocado in Roger, A. (dir.). *La Théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Champ Vallon, 1995, p. 99. Ver, de forma geral: Bertrand, C. e G. *Une géographie traversière. L'environnement à travers territoires et temporalités*. Paris: Arguments, 2002.

⁵⁷ Latour, B. *Politiques de la nature*. Paris: La Découverte, 2004 [1999]; Descola, P. *Par-delà la nature et la culture*. Paris: Gallimard, 2005. Ver também: *Cosmopolitiques*, n. 1, jun. 2002: “La nature n'est plus ce qu'elle était”.

raliza e onde a natureza se humaniza (e se simboliza). E é o que invalida, no fundo, por princípio, qualquer abordagem unilateral da paisagem, seja ela “antropocentrada” ou “naturalista”: a paisagem deve ser definida, mais rigorosamente, como *meio*.⁵⁸

Afinal das contas, percebemos que é possível considerar teoricamente a paisagem como uma realidade autônoma, sem que seja necessário reduzir essa realidade a uma pura e simples realidade “natural” no sentido clássico do termo. A posição “realista” não pode ser confundida com o “naturalismo”, tratando-se da paisagem.

Mas, sobretudo, o ponto essencial é o seguinte: qualquer que seja a valência ontológica particular que se atribui à paisagem (natural, cultural, híbrida), é possível concebê-la como uma realidade em parte (e numa medida que pode ser grande) independente das representações e das ações humanas (o que nem por isso faz dela uma pura e simples “realidade natural”, vale repetir). Constitui uma ordem de realidade específica. É um ser próprio. O que quer dizer, também, que se desenvolve segundo uma racionalidade própria. Mas, então, se a paisagem possui tal realidade substancial e se apresenta, pelo menos a título de presunção, como uma totalidade *sui generis*, não é ilegítimo, nem talvez impossível, procurar analisar os diferentes componentes e determinar as relações que são constitutivas dessa realidade. Em outros termos, não é ilegítimo procurar caracterizar as dinâmicas de racionalidade entre as próprias aparências paisagísticas. O conceito de sistema, utilizado por Georges Bertrand e pelos ecólogos da paisagem, fornece hoje um dos suportes lógicos dessa tentativa, e permite, no fundo, propor *explicações* e *modelizações* quanto ao funcionamento específico das realidades paisagísticas.⁵⁹

⁵⁸ Ver, para um desenvolvimento dessa perspectiva: Berque, A. *Médiance. De milieux en paysages*. Montpellier: GIP Reclus, 1990; e, sobretudo: *Ecoumène. Introduction à l'étude des milieux humains*. Paris: Belin, 2000.

⁵⁹ A melhor introdução geral, em língua francesa, à ecologia da paisagem continua sendo: Burel, F. e Baudry, J. *Ecologie du paysage. Concepts, méthodes et applica-*

O sistema da paisagem

Mas, então, o que é a paisagem, concretamente, nessa perspectiva? De que é composta a realidade paisagística? Encontramos nela, é verdade, topografia, geologia, formações vegetais e agrupamentos de animais, condições climáticas, hidrográficas, pedológicas etc. Entretanto, encontramos também prédios, reunidos de forma mais ou menos densa e servindo a usos muito diversos (habitação, culto, comércio), vias de comunicação, estradas, ferrovias, instalações agrícolas, mas também industriais, que afetam de forma mais ou menos profunda o solo que os sustenta (extração, evacuação dos resíduos, simples posição sobre uma superfície etc.). Esses diversos elementos interagem constantemente uns com os outros. O que significa que uma paisagem é, antes de tudo, uma totalidade dinâmica, evolutiva, atravessada por fluxos de natureza, intensidade e direção bastante variáveis e, por isso, lhe é atribuída uma temporalidade própria.

Além disso, esses fluxos de matéria e de energia, essas trocas de informações, esses jogos de forças entre os diferentes elementos que compõem a realidade paisagística se fazem dentro de morfologias espaciais determinadas: as estradas, as unidades de povoação, as estruturas parcelares e fundiárias, os limites fronteiros, a totalidade, enfim, dos recortes territoriais e das discontinuidades espaciais, todos constituem quadros *dentro* dos quais e *com* os quais a temporalidade própria do sistema paisagístico deve lidar. Mais ainda, por intermédio dessas distâncias, desses dimensionamentos e desses recortes, dão algo como uma “medida”, mais exatamente uma *escala* e uma ordem de grandeza. As

tions. Paris: TEC & DOC, 1999. Ver também: Clergeau, P. *Une écologie du paysage urbain*. Rennes: Apogée, 2007. O livro de V. Berdoulay e M. Phipps (dir.), *Paysage et système. De l'organisation écologique à l'organisation visuelle*, editado pela Universidade de Ottawa, 1985, é sempre útil.

formas espaciais objetivas são partes interessadas da evolução dos processos paisagísticos.⁶⁰

A paisagem apresenta-se então, neste caso, como uma *morfologia dinâmica*, mais precisamente como uma totalidade atravessada por dialéticas internas e externas que se desdobram entre texturas, formas espaciais e temporais, fluxos, matérias deslocadas e transportadas, e funções mais, ou menos, perfeitamente preenchidas. Essas dialéticas, na verdade, *constituem* a paisagem como tal na sua realidade concreta. Mais globalmente talvez, é essa dialética entre, por um lado, certa estabilidade das formas e, por outro, a renovação das funções, a reorientação dos fluxos e a modificação da sua intensidade, enfim a substituição das matérias, que faz, pode-se dizer, a história da paisagem. Talvez possamos ir mais longe nesse ponto, e considerar a ideia de uma história da paisagem que fosse articulada em torno de uma dinâmica inerente às próprias formas paisagísticas, uma dinâmica que se desdobrasse, aliás, segundo modalidades temporais não lineares.⁶¹ Às vezes, a forma paisagística é “morfógena”,⁶² ela dá eixos à história futura do espaço, e isso de forma autônoma.

⁶⁰ Ver: Pinchemel, P. e G. *La Face de la Terre*. Paris: Armand Colin, 1988, pp. 373-90; e, em particular, a figura 88 (p. 381), que propõe uma “formatação sistêmica do conceito de paisagem”.

⁶¹ Aqui, só podemos remeter aos trabalhos de Gérard Chouquer. Ver, em particular: *L'Etude des paysages. Essais sur leurs formes et leur histoire*. Paris: Errance, 2000. Destacaremos, principalmente, a distinção feita por Chouquer entre quatro modalidades espaço-temporais atuando na história das formas paisagísticas: a sincronia, a histerecronicidade, a diacronicidade, a uchronia (pp.125-27). Ver também: Chouquer, G. “La place de l'analyse des systèmes spatiaux dans l'étude des paysages du passé”. In Chouquer, G. (ed.), *Les Formes du paysage*. Paris: Errance, 1997, t. III, pp. 14-24; assim como, do mesmo autor: *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra-Porto: CEAUCP, 2007.

⁶² O termo (proposto por F. Favory) aplica-se à totalidade dos elementos paisagísticos que exercem uma influência sobre as formas “muito além da época de criação e de funcionamento” (Chouquer, G. “La place de l'analyse des systèmes spatiaux [...]”. Op. cit., p. 21).

Como vemos, a paisagem em questão não é vista aqui unicamente como a tradução de um valor ou de uma decisão humanos: embora estes intervenham, até certo ponto, no processo paisagístico, devem ser mediados pela totalidade dos elementos do sistema com os quais lidam inevitavelmente. Podemos até dizer que a sua realidade (enquanto valor, pensamento ou ação) *dá-se* nessas mediações. Tal como concebida aqui, a paisagem, nas suas espacialidades como nas suas temporalidades, não depende apenas do humano, embora este ocupe uma posição às vezes determinante. Mas deve ser entendida como o ponto de encontro entre as decisões humanas e o conjunto das condições materiais (naturais, sociais, históricas, espaciais etc.) nas quais surge e tenta formular-se. Mais ainda, nessa perspectiva, a paisagem pode ser definida como uma realidade material, espaço-temporal, organizada em certo sentido, com a qual os seres humanos vão ter de se explicar.

A paisagem é uma experiência fenomenológica

Assim, vamos aprendendo, progressivamente, que a paisagem não é apenas uma representação mental ou uma obra da cultura. Possui uma realidade que pode ser objeto das investigações da ciência. Mais imediatamente ainda, essa realidade paisagística apresenta-se ao ser humano num encontro concreto, diversamente modulado nos seus conteúdos e formas. Ou seja, a paisagem é o atestado da existência de um “fora”, de um “outro”.

Mas como referir-se a essa realidade, a essa exterioridade da paisagem? Duas vias são possíveis: a ciência, como acabamos de ver, e outra coisa, que vamos chamar aqui de experiência. A ciência não é a única maneira de se referir à paisagem, nem mesmo talvez a primeira: a paisagem é primeiramente sensível, uma abertura às qualidades sensíveis do mundo.

A noção de experiência

A sociologia, a antropologia e a história das sensibilidades (Pierre Sansot, Alain Corbin), mas também a história da estética filosófica (Ernst Cassirer, Joachim Ritter), bem como muitos estudos sobre os meios urbanos demonstraram em que a paisagem assumia uma dimensão da relação humana com o mundo e a natureza que a ciência moderna, por princípio, havia descartado: a relação direta, imediata, física, com os elementos sensíveis do mundo terrestre. A água, o ar, a luz, a terra: todos, aspectos do mundo que estão abertos aos cinco sentidos, à emoção, a um tipo de geografia afetiva que repercute os poderes de ressonância que possuem os lugares sobre a imaginação.⁶³ Como escreve Barbara Bender, “[...] as paisagens não são apenas ‘vistas’, mas sim encontros pessoais. Não são apenas enxergadas, mas sim experimentadas com todos os sentidos”.⁶⁴

⁶³ Corbin, A. *Le Miasme et la Jonquille. L'odorat et l'imaginaire social*. Paris: Flammarion, 1986; _____. *Les Cloches de la terre. Paysage sonore et culture sensible au XIX^e siècle*. Paris: Flammarion, 1990; Sansot, P. *La France sensible*. Seyssel: Champ Vallon, 1985 (reed. Payot, 1995); _____. *Variations paysagères*. Paris: Klincksieck, 1983; Ritter, J. *Paysage. Fonction de l'esthétique dans la société moderne*. Besançon: L'Imprimeur, 1997; Rodaway, P. *Sensuous Geographies. Body, Sense and Place*. London: Routledge, 1994; Zardini, M. (dir.), *Sensations urbaines. Une approche différente de l'urbanisme*. Montreal: CCA/Lars Müller Publishers, 2005. A questão da inclusão das culturas sensoriais é hoje bem estabelecida no campo dos estudos paisagísticos. Cf., por exemplo, os trabalhos de Jean-François Augoyard, de Pascal Amphoux, da equipe do CRESSON (Grenoble), assim como os de David Howes (*Empires of the Senses: The Sensual Culture Reader*. Oxford: Berg, 2004) e de David Le Breton (*La Saveur du monde. Une anthropologie des sens*. Paris: Métailié, 2006). Para uma introdução geral à noção de “cultura sensível”, ver: *Anthropologie et Sociétés*, v. 30, n. 3, 2006. Não abordarei, por enquanto, a questão da sucessão das “conformações” históricas e antropológicas da experiência fenomenológica.

⁶⁴ Bender, B. “Landscapes and Politics”. In Buchli, V. (dir.). *The Material Culture Reader*. Oxford: Berg, 2002, p. 136. Ver também: Tilley, C. *A Phenomenology of Landscape. Places, Paths and Monuments*. Op. cit.

As paisagens são ambientes, meios, atmosferas, antes de ser objetos a serem contemplados.⁶⁵

Segundo essa quarta perspectiva, a paisagem pode, então, ser compreendida e definida como *o acontecimento do encontro concreto* entre o homem e o mundo que o cerca. A paisagem é, nesse caso, antes de tudo, uma *experiência*. Mas, no sentido geral, essa experiência paisagística ou, melhor dizendo, essa paisagem que se apresenta como experiência só remete, para o ser humano, a certa maneira de estar no mundo e ser atravessado por ele.

Efetivamente, não se trata apenas de detectar e destacar a existência de um “fora” em relação às representações mentais, psicológicas, isto é, de uma “realidade”. Não é só isso. É a própria noção de experiência, quando se trata da paisagem, que é reavaliada: a experiência deve ser entendida aqui como uma “saída” no real e, mais precisamente ainda, como uma *exposição* ao real. A paisagem é o nome dado a essa presença do corpo e ao fato de ele ser afetado, tocado fisicamente pelo mundo ao redor, suas texturas, estruturas e espacialidades: há nisso algo como um acontecimento. Trata-se efetivamente de uma desobjetivação: a paisagem não é tanto um objeto apreensível pelo pensamento quanto um certo modo de estar no mundo, um ambiente, certa maneira, muito singular, de participar do movimento do mundo em determinado lugar. A paisagem é primeiramente *vivenciada* e depois, talvez, falada, a palavra buscando, sobretudo aqui, prolongar a vida, ou melhor, o vivo que faz da paisagem uma experiência. Estamos pensando em Merleau-Ponty, comentando Husserl: a tarefa da palavra é trazer a experiência muda à expressão do seu próprio sentido.⁶⁶ A paisagem é o quadro ou, melhor dizendo, o nome que seria dado a uma

⁶⁵ Para a história dessas noções, ver, principalmente: Spitzer, L. “Milieu and Ambiance: An Essay in Historical Semantic”. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 3, n. 1, 1942, pp. 1-42; e também o n. 2, pp. 169-218.

⁶⁶ Merleau-Ponty, M. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945, p. X.

intensificação particular da vida psíquica em momento e lugar determinados. E, na verdade, dizer nesse caso “a paisagem”, já é dizer demais, é perder o próprio momento do “há paisagem” que nos arrebatava e nos transporta.

A caminhada poderia constituir um exemplo fundamental dessa experiência da paisagem: e, mais precisamente, esse momento particular que é o cansaço na caminhada, cansaço que não é nem esgotamento, nem lassidão, mas que restitui a sua disponibilidade ao corpo e, como diz Nicolas Bouvier, a sua *porosidade* em relação ao mundo,⁶⁷ que lhe restitui a sua capacidade de ser afetado pelos dados sensíveis do mundo.

O cansaço [escreve Julien Gracq] age como o fixador da impressão fotográfica; a mente, que vai perdendo, uma a uma, suas defesas, suavemente estupefata, suavemente rompida pelo choque do passo monótono, a mente vagueia, apaixona-se por um ritmo que a obceca, uma iluminação que a seduziu, o sumo inestimável da hora presente (Gracq, J., 1995, p. 280).⁶⁸

Na caminhada, no âmago do meu cansaço, faço aparecer o mundo tanto quanto faço aparecer a mim mesmo, num espaço poroso e comum que é o espaço da paisagem.

Como gostei [continua Gracq], ao longo de uma jornada cansativa de marcha, guardar nos ouvidos somente a modulação do canto do mundo, ver somente o sol subir e descer sobre a Terra,

⁶⁷ “O cansaço da caminhada, escreve Nicolas Bouvier ao chegar ao monastério Hae-in-sa, na Coreia, torna poroso, aberto à linguagem de um lugar: impossível atravessar essa soleira sem se sentir aliviado, lavado de algo” (“Les chemins du Halla-san”. In *Journal d'Aran et d'autres lieux*. Paris: Payot, 2001, p. 126).

⁶⁸ Gracq, J. *Lettrines 2*. In *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1995, t. II., p. 280. (Bibliothèque de la Pléiade).

e os passinhos de homem, longinquamente amigáveis, ininteligíveis, mexerem-se sobre ela, de leve, como formigas! (Id., *ibid.*).⁶⁹

Além do objeto e do sujeito

A experiência da caminhada nos indica que essa “vida” de que falamos aqui, essa “experiência vivida” não se identifica com a vida interior ou a subjetividade pessoal. Na paisagem, a vida subjetiva se desenrola à beira das coisas. Na verdade, à desobjetivação responde uma dessubjetivação. Se há experiência, há exposição da subjetividade a algo como um “fora” que a conduz e a empurra, às vezes violentamente, fora dos seus limites. Nesse sentido, a paisagem é, literalmente, “isso” que põe o sujeito fora de si mesmo. Mas não é para afundá-lo no objeto pois, justamente, também não há objeto, no sentido da ciência e da consciência representativa, diante desse sujeito que perde qualquer estabilidade. A prova sensual, escreve Henri Maldiney, “ultrapassa a qualidade sensível”.⁷⁰ A experiência radical da paisagem é um sujeito fora e um fora sem objeto. É uma derrota comum do sujeito e do objeto. Não se deve dizer, por conseguinte, que a paisagem é *concebida como* uma experiência. Ela é mais este acontecimento, singular e sempre diferente, da exterioridade como tal, à qual a experiência expõe aqueles que se arriscam, numa confusão e uma tensão entre si e o mundo que, propriamente, arrebata. O estranhamento é a condição da paisagem, escreve Jean-François Lyotard,⁷¹ e por isso a paisagem não é um lugar: ela é “indestinada”, ela escapa, e esta escapada é a sua “razão” de ser.

A palavra “horizonte” já foi muito utilizada para nomear o tipo de experiência de que se trata aqui. A paisagem é o evento do

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ Maldiney, H. *Regard, parole, espace*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1994, p. 99.

⁷¹ Lyotard, J.-F. “Scapeland”. *Revue des Sciences Humaines*, n. 209, 1988-1, p. 40.

horizonte.⁷² Mas o horizonte exprime aqui muito além da existência de mundos longínquos. Esse termo tem um alcance ontológico tanto quanto epistemológico. Remete à parte de invisível que reside em qualquer visível, a essa dobra incessante do mundo que faz do real, definitivamente, um espaço inacabável, um meio aberto e que não pode ser totalmente tematizado. O horizonte é o nome dado a essa *potência de transbordamento* do ser que se apresenta na paisagem. Mas só se pode aceder ao horizonte na paisagem, insistem Erwin Straus e, depois dele, Henri Maldiney, ao preço da perda das referências, da recusa do mapa, e da assunção dessa perda e dessa recusa:

O espaço da paisagem é primeiramente o lugar sem lugares do ser perdido. Na paisagem [...] o espaço me envolve a partir do horizonte do meu Aqui, e só estou Aqui ao largo do espaço sob o horizonte do qual estou fora. Nenhuma coordenada. Nenhuma referência. "Da paisagem, não há desenvolvimento que leve à geografia; saímos do caminho; como homens sentimo-nos perdidos." [...] Certamente, podemos sair da paisagem para entrar na geografia. Mas nela perdemos o nosso Aqui. Deixamos de ter lugar. Deixamos de acontecer (Maldiney, H., 1994, p. 143).⁷³

Porém, já que ela se situa além do dispositivo moderno do objeto e do sujeito, sob que forma aparece a experiência da paisagem? Falaremos aqui de imanência, imersão, participação, para nomear este encontro pré-reflexivo com o inobjetivável, que

⁷² Ver a esse respeito o trabalho fundador de Michel Collot, em particular, *La Poésie moderne et la structure d'horizon*, op. cit.

⁷³ Maldiney, H. *Regard, parole, espace*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1994, p. 143. O texto de Erwin Straus, citado por Maldiney, é tirado de *Du sens des sens. Contribution à l'étude des fondements de la psychologie*. Grenoble: Jérôme Millon, 1989, p. 515. Já comentei esse texto em *Voir la Terre. Six essais sur le paysage et la géographie*, op. cit., pp. 120 e seg.

constitui o núcleo do evento-paisagem. É necessário, talvez, sair dos códigos ocidentais do pensamento paisagístico para ter acesso a esse núcleo? Deslocar-se primeiro geograficamente, para a China, onde, como escreve, "em vez de a paisagem se constituir em objeto de percepção, 'montanhas-águas' nos diz a imersão, que se instaura imediatamente, naquilo que faz a animação por interação dos componentes do mundo".⁷⁴ Mas esse encontro com a pulsação rítmica do mundo também diz respeito à arte, nos diz Maldiney, ao comentar a obra de Tal Coat:

Tal Coat percebe-se em troca permanente com o mundo. O mundo não é uma simples moldura. Não está apenas em torno dele como *Umwelt*, está nele como tensão polar. O homem no mundo não é um império dentro de um império. É um reino, se tanto. E em que sentido? – Quando estou na presença de uma paisagem, não estou, na realidade, diante dela. Há, atrás de mim, em volta de mim, a presença de todos os horizontes. Todos os distantes estão integrados no meu próximo. Tudo o que percebo, percebo sobre fundo de mundo. E em vez de fundo, deveria falar de meio. Mesmo dando as costas à montanha da Sainte-Victoire, seu signo está presente na minha visão. Sou a cabeça dessa recapitulação. Nesse sentido, sou um centro de universo. Mas, por um movimento totalmente contrário, à medida que o universo em volta de mim e dentro de mim realiza a sua presença, sinto necessidade de habitar meus distantes, arrancar-me à

⁷⁴ Jullien, F. *La Grande image n'a pas de forme*. Paris: Le Seuil, 2003, p. 185. "Montanhas-águas" (*shan-shui*) é uma das palavras utilizadas pelos chineses, na sua tradição pictural e literária, para dizer "paisagem". Ver também: Cheng, F. *Vide et plein. Le langage pictural chinois*. Paris: Le Seuil, 1979; Petrucci, R. *La Philosophie de la nature dans l'art d'Extrême-Orient*. Paris: Librairie Fou Yeng, 1998; Berque, A. *Les Raisons du paysage*. Paris: Hazan, 1995 (cap. III); Vandier-Nicolas, N. *Esthétique et peinture de paysage en Chine (des origines aux Song)*. Paris: Klincksieck, 1987; Escande, Y. *La Culture du shanshui*. Paris: Hermann, 2005.

minha inércia de placa de sinalização, ser coextensivo ao próprio mundo, entrar na sua ressonância universal, assumir o seu ritmo (Maldiney, H., 1995, p. 31).⁷⁵

Dizer o estranhamento

Como então descrever, como dizer e representar esse espaço da paisagem que nos envolve e nos transpassa, que nos desloca e nos transborda? Como falar da paisagem, quando estamos além ou aquém da representação e do discurso no sentido usual desses termos? E, mais exatamente, como fazê-la, ou melhor, deixá-la falar? Qual é a palavra que poderia restituir, ou melhor, como já foi dito, prolongar a experiência paisagística considerada num tal radicalismo? Mais ainda, em que a língua poderia acolher e fazer soar a paisagem no seu próprio evento?⁷⁶

Os discursos que se encarregaram, principalmente, dessa interrogação sobre a língua e seus poderes de apresentação da experiência, assim como sobre as relações que ela mantém com o momento próprio da sensibilidade paisagística, situam-se mais do lado da poesia e da filosofia (e até, às vezes, no caso da fenomenologia, na exata articulação, embora sempre problemática, do registro filosófico e do registro poético). Como se, no fundo, ape-

⁷⁵ Maldiney, H. *Aux déserts que l'histoire accable. L'art de Tal Coat*. Paris: Deyrolle, 1995, p. 31. "O espaço de Tal Coat," acrescenta Maldiney (p. 58), "é o espaço da paisagem, não de uma paisagem-espetáculo, mas de uma paisagem-meio. A paisagem não está na nossa frente como um conjunto de objetos, a não ser que a tenhamos convertido em sítio, isto é, em geografia pitoresca. Ela nos envolve e nos transpassa. Estamos imersos nela: o nosso Aqui só se refere a ele próprio".

⁷⁶ Augustin Berque parece duvidar dessa possibilidade, quando estabelece uma distinção entre "pensamento da paisagem" e "pensamento paisagístico". O "pensamento da paisagem", caracterizado por um dualismo fundador, o da modernidade, não pode restituir a autenticidade da forma de ser e de fazer que caracterizava o "pensamento paisagístico", que é um pensamento silencioso. Ver Berque, A. *La Pensée paysagère*. Paris: Archibooks, 2008.

nas o trabalho sobre a língua que se faz em filosofia e em poesia pudesse fazer jus à experiência paisagística na sua verdade, como se somente na poesia e na filosofia o evento paisagístico pudesse ser restituído e levado ao auge da sua realidade.

De forma geral, somente a arte, como poema, e talvez a mística podem dizer essa experiência da paisagem ou, mais precisamente, dar a ver e a ouvir essa paisagem como experiência fundamental, originária, da convivência com o mundo. A arte não porque representaria a paisagem, mas porque *mostra* a paisagem, porque a faz chegar como tal à presença e, mais geralmente, porque faz aparecer o mundo enquanto mundo. O objetivo da pintura de paisagem, escreve Erwin Straus, é tornar "visível o invisível, mas como coisa oculta, distante".⁷⁷ A verdadeira pintura, a verdadeira palavra, a autêntica apresentação da paisagem talvez residissem, no fundo, nessa arte de manter o segredo, de indicar a sua presença, ou a sua passagem, sem procurar medir essa presença. A experiência radical da paisagem não estaria cristalizada no estranho sentimento da iminência daquilo que jaz aqui, ao lado, numa reserva inextinguível, o silêncio?⁷⁸ Por sua vez, Jean-François Lyotard solicita a poesia, como "escrita da impossível descrição, a descritura". O que está em jogo na descritura poética, acrescenta, "é a matéria como paisagem, e não as formas pelas quais ela pode se inscrever". O estranhamento produzido pela paisagem "é absoluto, a implosão das próprias formas".

⁷⁷ Straus, E. *Du sens des sens*. Op. cit., p. 519.

⁷⁸ Esse sentimento do horizonte como presença "ao lado" parece corresponder, embora num registro diferente, à preocupação do paisagista Michel Corajoud quando declara: "O espaço sobre o qual estão me pedindo para intervir é menos interessante para mim que a forma como mantém relações com os espaços à sua volta. Chamo isso de horizonte: a forma como cada espaço vaza no espaço ao lado, que, por sua vez, vaza no espaço ao lado e, aos poucos, atinge o que foi chamado de horizonte. Este último é, para mim, o conceito unificador da paisagem" (Entrevista com P. Madec, in *Techniques & Architecture*, n. 403, 1992, p. 62).